

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.060 - PR (2018/0244520-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : MARIA ELVA VAZQUEZ MUZACHI  
**AGRAVANTE** : OSWALDO MUZACHI  
**ADVOGADOS** : PAULO MORELI E OUTRO(S) - PR013052  
MAURO ALEXANDRE ARAUJO KRAISMANN E OUTRO(S)  
- PR037078  
FRANCISLAINE RUIZ E OUTRO(S) - PR031644  
ANA LUÍSA MORELI PANGONI E OUTRO(S) - PR050940  
**AGRAVADO** : IVANOR LUIZ PASQUALOTTO  
**ADVOGADOS** : LEOCIR JOÃO RODIO E OUTRO(S) - PR016127  
JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO PONTES E OUTRO(S) -  
PR017578  
FILIPE VIRGÍLIO BARCELOS SILVA E OUTRO(S) -  
MG119853

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. INDICAÇÃO DE LEI FEDERAL SEM ESPECIFICAR QUAIS ARTIGOS TERIAM SIDO VIOLADOS. INDICAÇÃO DE RESOLUÇÃO, QUE NÃO PODE SER EQUIPARADA A LEGISLAÇÃO FEDERAL. SÚMULA 284/STF. IRREGULARIDADE NA INTIMAÇÃO. NULIDADE. LEGÍTIMO IMPEDIMENTO DA PARTE. IMPOSSIBILIDADE DA PARTE INFLUIR NOS ATOS PROCESSUAIS. VÍCIO QUE PODE SER RECONHECIDO MESMO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, DESCONSTITUINDO O TÍTULO FORMADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por MARIA ELVA VAZQUEZ MUZACHI e OSWALDO MUZACHI contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Paraná que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, os recorrentes alegam violação do artigos 278 do

Código de Processo Civil, da Lei 11.419/06 e da Resolução 03/2009. Afirmam que *"a execução foi digitalizada - inserida no PROJUDI - em 16/06/2014, e não houve qualquer interesse ou manifestação do Recorrido, que somente veio a se cadastrar em 15/07/2016, portanto, depois de 02 (dois) anos, quando lançou a petição no mov. 46, com a agravante de ter sido lançada a sentença de extinção e seu trânsito em julgado"*. Entendem que *"se houvesse nulidade esta deveria ser alegada na primeira oportunidade que o Recorrido compareceu nos autos, como bem prescreve o art. 278 do Código de Processo Civil"*. Entendem que as *"nulidades absolutas também estão sujeitas à preclusão. As nulidades absolutas tem como marco temporal o trânsito em julgado. Transitada em julgado a sentença, como in casu, ocorreu a preclusão, e, por isso não podem ser sanadas, sendo, assim, aplicável a regra do art. 278, caput, do Código de Processo Civil"*. Sustentam que *"Transitada em julgado a sentença, não mais se permite a discussão das nulidades eventualmente existentes durante o trâmite do feito porque encerrada a função jurisdicional cognitiva, que se presta à demanda e ao processo"*.

O presente recurso, todavia, não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido.

No que tange à alegada violação da Lei 11.419/06 e da Resolução 03/2009, é patente a deficiência das razões recursais, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 284/STF.

Há de se observar que incumbe à parte, no momento em que interpõe o recurso especial, demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstrem como, de fato, isto ocorreu. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste. As razões recursais invariavelmente apresentarão estes dois elementos, de modo que a ausência

tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

No que tange à Lei 11.419/06, a recorrente não especifica quais teriam sido os artigos deste diploma violados. Destaque-se que resta assente na jurisprudência deste Tribunal Superior que a mera indicação de Lei, sem que haja a especificação de quais artigos foram efetivamente violados, torna as razões recursais deficientes. Neste sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO. SÚMULA 83 DO STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. O entendimento do STJ é pacífico no sentido de que o termo a quo do prazo prescricional de ação indenizatória fundada em morte da vítima é o próprio falecimento desta, e que se aplica ao presente caso a prescrição vintenária, porque já havia decorrido mais da metade do tempo do prazo prescricional previsto no Código Civil de 1916, permanecendo, na hipótese, o prazo previsto no art. 177 do CC/1916 c/c art. 2.028 do CC/2002. No caso, considerando que o acidente ocorreu em 1992 na vigência do Código Civil de 1916, deve incidir o prazo prescricional vintenário próprio das ações pessoais. Incidência da Súmula 83 do STJ.*

*2. Os irmãos possuem legitimidade ativa para pleitear indenização pela morte do outro irmão, de forma independente dos pais e demais familiares, pois quando se verifica que o terceiro sofre efetivamente com a lesão causada à vítima, nasce para ele um dano moral reflexo, 'par ricochet', que é específico e autônomo. Isto significa que todos aqueles que sofrem com a morte da vítima terão direito, separadamente, à indenização pelo dano moral a eles reflexamente causado. E, ainda, o valor deverá ser diferente e específico para cada um, dependendo de sua ligação com a vítima. (AgRg no Ag 1413481/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 19/03/2012).*

*3. As conclusões do Tribunal de origem em relação ao início da contagem do prazo prescricional, afastamento da*

*prescrição, e reconhecimento do dever de indenizar, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.*

*4. A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284-STF.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1153161/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019)*

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO POST MORTEM. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. AFIRMADA OFENSA AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 37 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 283 DO STF. POR ANALOGIA. ALEGADA OFENSA AO ART. 333, I, DO CPC/73. TEMA NÃO DEBATIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. ÓBICE SUMULAR QUE IMPEDE A CONFIGURAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a alegação genérica de violação da lei federal, sem indicar, de forma precisa, o artigo, parágrafo ou alínea da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, demonstra a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional, conforme os termos da Súmula nº 284 do STF.

3. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso não merece ser conhecido. Inteligência da Súmula nº 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

4. A matéria referente ao art. 333, I, do CPC/73 não foi objeto de debate prévio nas instâncias de origem. Ausente, portanto, o devido questionamento nos termos da Súmula nº 211 do STJ.

5. Na espécie, o Tribunal de origem, soberano na análise de matéria fático-probatória, entendeu que era descabida a pretensão de reclamar valores que nem sequer foram recebidos pelo de cujus e que se referem a período anterior à própria convivência marital. Assim, chegar a conclusão diversa quanto ao recebimento de tais verbas na constância da união estável seria necessário o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso nessa fase recursal, a teor da Súmula nº 7 do STJ.

6. Por igual, no que se refere à alegada divergência jurisprudencial, impossível se torna o confronto entre os paradigmas e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do possível dissenso reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, o que não é possível de se realizar nesta via especial, por força da Súmula nº 7 desta Corte.

7. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

8. Agravo interno não provido, com imposição de multa.  
(AgInt no REsp 1475626/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 04/12/2017)

No que tange à Resolução 03/2009, há de se observar que é

manifestamente descabida a interposição do recurso especial quanto ao ponto, pois estes diplomas não podem ser equiparados a leis federais, neste sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. REFINANCIAMENTO DE CONTRATO. RESOLUÇÃO DO CMN E CIRCULAR DO BNDES. DISPOSIÇÕES NORMATIVAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. MULTA DIÁRIA. QUANTUM. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Não é possível a interposição do recurso especial sob a alegação de violação a resolução, portaria, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior a decreto, por não revestirem o conceito de lei federal.*

*2. A falta de indicação dos dispositivos legais que teriam sido eventualmente violados faz incidir à hipótese o teor da Súmula 284 do STF, por analogia: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

*3. A alteração da conclusão do acórdão recorrido e o consequente acolhimento da tese recursal demandariam o reexame dos fatos e provas dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.*

*4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada devido à aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os acórdãos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas sim em virtude de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.*

*5. Ausência de impugnação a fundamento constante do*

*acórdão estadual. Súmula 283/STF.*

*6. Inviável o conhecimento da matéria que foi suscitada apenas em agravo interno (a questão de estarem os honorários divergentes do acórdão desta Corte), constituindo indevida inovação recursal, ante a configuração da preclusão consumativa.*

*7. Razões insuficientes para a revisão do julgado.*

*8. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1249205/RN, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 28/10/2019)*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. RESOLUÇÃO DO BACEN. DISPOSIÇÃO NORMATIVA QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. INDICAÇÃO DA NORMA FEDERAL VIOLADA. RESPONSABILIDADE DO RECORRENTE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO E ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDOS DO MESMO TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13/STJ. APRESENTAÇÃO TARDIA DE NOVOS PARADIGMAS. NÃO CABIMENTO. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. Não consta, nas razões do recurso especial, nenhuma alegação de afronta a dispositivos da MP n. 1963-17/2000, limitando-se a parte a suscitar violação a alguns artigos da Resolução n. 2.309/1996.*

*2. Não se mostra possível o conhecimento da insurgência fundada em ofensa a resoluções, portarias, circulares, súmulas, regimento interno, regulamentos etc., porquanto tais normas não se enquadram no conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal.*

*3. O recurso especial é reclamo de natureza vinculada, não cabendo ao relator, por esforço hermenêutico, identificar a norma federal que teria sido supostamente contrariada, com vistas a suprir deficiência da argumentação recursal, que é de inteira responsabilidade do recorrente.*

*4. O conhecimento da divergência jurisprudencial exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, sob pena de incidência do Enunciado n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por deficiência de fundamentação, ônus do qual a parte insurgente não se desincumbiu.*

*5. Ademais, o dissídio jurisprudencial não pode ser conhecido*

*quando os paradigmas apresentados forem oriundos do mesmo Tribunal que proferiu o acórdão recorrido, nos termos do Enunciado n. 13 desta Corte.*

*6. O agravo interno não se presta a suprir deficiências do recurso especial, razão pela qual não cabe a apresentação, nesta via, de novos acórdãos paradigmas.*

*7. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1220015/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018)*

Assim, há de se reconhecer a deficiência das razões quanto a isto, tendo em vista que não há a efetiva indicação de qual teria sido a legislação federal violada.

No que tange à tese de que "*Transitada em julgado a sentença, não mais se permite a discussão das nulidades eventualmente existentes durante o trâmite do feito porque encerrada a função jurisdicional cognitiva, que se presta à demanda e ao processo*", o recurso não comporta provimento.

Resta assente na jurisprudência deste Tribunal Superior que o reconhecimento de irregularidade na intimação das partes tem como consequência a anulação de todos os atos processuais praticados posteriormente. Cumpre enfatizar que esta nulidade, absoluta, poderá ser conhecida pelo julgador mesmo após o trânsito em julgado, hipótese em que o título judicial transitado em julgado também será declarado nulo. Neste sentido:

***RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. NULIDADE DE INTIMAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ARESTO DA APELAÇÃO, CUJA INTIMAÇÃO NÃO OBSERVOU O PEDIDO EXPRESSO DE QUE AS FUTURAS INTIMAÇÕES FOSSEM FEITAS EM NOME DOS PATRONOS INDICADOS PELA PARTE. ARTS. 154, 245, 236, § 1º, e 247 DO CPC. OFENSA CARACTERIZADA. ART. 503, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. PRECLUSÃO LÓGICA NÃO EVIDENCIADA. RESSALVA FEITA PELO RECORRENTE AO EFETUAR O DEPÓSITO. APELO NOBRE PARCIALMENTE***



**PROVIDO.**

1. A intimação do acórdão proferido pela Corte de origem, ainda no processo de conhecimento, sem a observância do pedido do ora recorrente de que as futuras intimações fossem feitas em nome dos advogados apontados pela parte implica afronta à regra do art. 236, § 1º, do CPC, cuidando-se de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício e que enseja a nulidade dos atos processuais subsequentes, nos termos da reiterada orientação deste Pretório. Precedentes.
2. Caso em que o executado/recorrente tomou ciência do trânsito em julgado do aresto apenas quando os autos foram baixados à primeira instância e foi determinada a execução do decisum, momento em que o Banco peticionou ao Juízo de primeiro grau arguindo o vício relativo à intimação.
3. Providência compatível com a regra do art. 245 do CPC, segundo a qual a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, bem como com o precedente proferido por este Tribunal, no qual ficou decidido que "A nulidade deve ser argüida na primeira oportunidade que a parte tiver para falar nos autos. Se o acórdão transitou em julgado por irregularidade da intimação, que, por erro do cartório, foi feita em nome de advogado que não mais representava a parte, e esta só tomou conhecimento do fato quando foi intimada da baixa dos autos para início da execução, pode peticionar ao juiz de primeira instância alegando a nulidade". (REsp 245.647/SC, Relator o eminente Ministro WALDEMAR ZVEITER, DJ de 19.2.2001).
4. A instituição financeira, ao efetuar o depósito da importância de R\$ 2.659.591,43, ressaltou a sua intenção de impugnar a execução, motivo pelo qual viola o art. 503, parágrafo único, do CPC, a orientação firmada pela Corte de origem, que desconsiderando a expressa ressalva do Banco, concluiu que o mencionado depósito consistiu em ato incompatível com a vontade de recorrer, sobretudo na hipótese vertente, em que, além da ressalva de que iria oferecer impugnação à execução, o Banco requereu que fosse indeferido qualquer pedido de levantamento que viesse a ser formulado pelo ora recorrido e alertou que ainda se encontrava pendente o pedido de devolução do prazo recursal em razão da nulidade de intimação já referida.
5. Recurso especial parcialmente provido, para declarar a nulidade absoluta dos atos processuais praticados após o julgamento dos embargos de declaração 85820/2009 (fls. 155/159) pela eg. Corte Estadual, determinando-se nova publicação, constando os nomes dos advogados indicados

*pelas partes.*

*(REsp 1213920/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 05/08/2011)*

**RECURSO ESPECIAL - PROCESSAMENTO APARTADO DOS RECURSOS ESPECIAIS INTERPOSTOS POR AMBAS AS PARTES EM FACE DO MESMO ACÓRDÃO - IMPROPRIEDADE - ANULABILIDADE DA DECISÃO QUE JULGOU O PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROCESSADO - VERIFICAÇÃO - IRREGULARIDADE NA INTIMAÇÃO DA PARTE PARA O OFERECIMENTO DE CONTRA-RAZÕES - NULIDADE ABSOLUTA - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

*I - O Tribunal de origem, impropriamente, determinou o processamento apartado dos recursos especiais interpostos pelas partes contra o mesmo acórdão, os quais deveriam, portanto, ser apreciados conjuntamente, sob pena de anulação do julgado. Tem-se, assim, que a decisão prolatada no Resp n. 773.540/RS, a considerar o desfecho da presente decisão, que contém questão prejudicial ao enfrentamento do mérito (de ambos os recursos, diga-se de passagem), padece de nulidade, não havendo falar, por conseguinte, em trânsito em julgado daquela;*

*II - Padece de nulidade absoluta o julgamento da apelação, na hipótese de ausência ou irregularidade da intimação do patrono da parte ex adversa para o oferecimento das contra-razões;*

*III - A argumentação no sentido de que a apresentação de contra-razões seria despicienda, na medida em que não teria capacidade de demover a conclusão adotada pelo acórdão que julgou (prematuramente) os recursos de apelação, além de não observar os princípios do contraditório e do devido processo legal, basilares do Direito Processual, consubstancia indevido prejulgamento da causa, acoimando, assim, o julgado de nulidade insanável;*

*IV - Recurso especial provido.*

*(REsp 908.623/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 28/10/2009)*

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DO NOME DO ADVOGADO DA PARTE NA PUBLICAÇÃO. NULIDADE ABSOLUTA.**

*1. Havendo advogados regularmente constituídos nos autos, não se justifica que o serventuário tenha procedido a todas as intimações da fase de liquidação em nome dos antigos*

estagiários, cujo posterior registro como advogado diligenciou de ofício, presumindo sua continuidade, após a formatura, no escritório dos patronos e na causa.

2. O comparecimento da parte somente supre a ausência de citação ou intimação quando ainda é possível exercer plenamente o direito de defesa. Tal não ocorre, certamente, quando comparece aos autos após exaurida qualquer possibilidade de participação no procedimento já findo, com trânsito em julgado, de liquidação de sentença. A circunstância de ter, por meio de exceção, de pronto, alegado prescrição - mais facilmente perceptível a um primeiro exame, decorrida uma década do trânsito em julgado, sem andamento processual regularmente comunicado aos advogados - não sana o vício de intimação antecedente, nulidade absoluta, insusceptível de preclusão.

3. O vício de intimação somente pode ser tido como sanado quando a intimação levada a efeito, embora viciada, atinge o seu objetivo, permitindo o conhecimento da parte sobre o ato a ser praticado, a tempo de fazê-lo, mesmo que permaneça inerte, o que, nesse caso, constituiria o que a jurisprudência convencionou apelidar de "nulidade de algibeira".

4. Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial.

(AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1065681/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 24/09/2019)

**CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. NULIDADES DE INTIMAÇÕES. ARGUIÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO OU EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÕES REALIZADAS EM NOME DE PATRONO DISTINTO DAQUELE SUBSTABELECIDO PARA O FIM ESPECÍFICO DE ACOMPANHAMENTO DO FEITO EM COMARCA DISTINTA. NULIDADE. MOMENTO DE ARGUIÇÃO DO VÍCIO. PRIMEIRA OPORTUNIDADE, SOB PENA DE PRECLUSÃO. NECESSIDADE DE EFETIVO ACESSO AO PROCESSO E DE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO VÍCIO. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE.**

1- Ação proposta em 10/04/2014. Recurso especial interposto em 28/11/2016 e atribuído à Relatora em 17/09/2018.

2- O propósito recursal é definir se é admissível o reconhecimento da nulidade de atos processuais em razão de vícios ocorridos nas intimações, inclusive da sentença de

*mérito e que resultou no trânsito em julgado da ação negatória de paternidade.*

*3- É admissível o reconhecimento da nulidade de intimação da sentença por petição apresentada em 1º grau na fase de cumprimento ou de execução do julgado. Precedentes.*

*4- É nula a intimação realizada apenas em nome do substabelecido quando há patrono substabelecido com o propósito específico de acompanhar o processo em comarca distinta, ainda que não tenha havido pedido expreso de intimação em nome do substabelecido.*

*Precedentes.*

*5- Para que incida a orientação desta Corte segundo a qual o vício existente na regularidade da intimação deverá ser arguido pela parte interessada na primeira oportunidade para se manifestar nos autos, sob pena de preclusão, é indispensável que a parte efetivamente tenha acesso ao processo e tome ciência inequívoca dos vícios na intimação, o que não se verifica na hipótese em que a primeira manifestação da parte somente noticia fatos novos e não se relaciona, nem mesmo indiretamente, com as decisões judiciais e os atos processuais dos quais não fora intimada.*

*6- Recurso especial conhecido e provido.*

*(REsp 1778384/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 05/09/2019)*

Assim, o fato da sentença ter transitado em julgado não teria como consequência a preclusão da discussão.

A bem da verdade, tendo o Tribunal de origem reconhecido a nulidade da intimação da parte, tendo em vista que não fora observado pelo juízo de primeira instância que fora constituído novo causídico pela parte, com pedido expreso de descadastramento do anterior, nem a mudança de endereço informada, resta claro que a questão se encontra na exceção contida no parágrafo único do artigo 278 do Código de Processo Civil.

Note-se que nestes termos restou comprovado o legítimo impedimento da parte, pois sequer teve a oportunidade de se manifestar sobre as decisões proferidas pelo juízo de primeira instância, tornando inequívoca a violação do contraditório, que tem como pressuposto a efetiva possibilidade de que as partes se manifestem e de influir nos atos processuais.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Para que se pudesse falar em impugnação do fundamento da decisão agravada seria imprescindível que os recorrentes impugnassem a isto, que apresentassem argumentos aptos a demonstrar que não haveria legítimo impedimento, o que simplesmente não se observa.

Dito isto, não há qualquer reparo a ser feito no acórdão recorrido, pois a nulidade na intimação apontada poderia ter sido conhecida mesmo após o trânsito em julgado da sentença que extinguiu a execução, não se podendo falar em preclusão.

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**